

# Comissão CIA apresenta primeiros resultados

Carlos Coelho reconhece “**maior envolvimento por parte dos Estados-Membros da União Europeia do que era esperado à partida**” e define como prioridade para o 2º semestre “**apurar o real grau de comprometimento dos Estados-Membros nas acções da CIA**”



## Ser Grande

Terminou a 30 de Junho a **Presidência austríaca**. Segue-se a finlandesa no segundo semestre e no próximo ano, a alemã e a portuguesa.

Vivemos tempos difíceis e **este semestre não foi fácil em diversas áreas**: crise institucional (ligada à problemática do Tratado Constitucional), falta de crescimento económico e débil criação de emprego e problemas vários como as caricaturas na Dinamarca, a gripe aviária, a crise do Irão, a subida do preço da energia, o aumento da imigração ilegal ou o caso de Guantanamo.

Neste contexto difícil a **Presidência Austríaca distinguiu-se com eficácia** e rigor tendo demonstrada capacidade de diálogo e talento para gerar soluções e compromissos. Entre diferentes matérias foi durante esta Presidência que se fecharam importantes dossiers como as perspectivas financeiras e a complexa directiva dos serviços.

Mas no que toca especialmente a Portugal foi durante esta presidência que se aprovou o pacote da **política de coesão para 2007-2013** com objectivos claros e protegendo as regiões que sofrem do efeito estatístico garantindo uma substancial ajuda transitória que lhes permita concluir o processo de convergência.

Uma vez mais fica claro que não é necessário ser um grande país para fazer uma grande Presidência. Portugal já deu provas disso no passado. A Áustria provou-o uma vez mais. Todos esperamos que, no próximo ano, Portugal seja novamente um bom exemplo.

Carlos Coelho

## Fundo Social Europeu

Propostas de **José Silva Peneda** sobre o Fundo Social Europeu convencem Comissão Europeia e Conselho

[desenvolvimento na pág. 3](#)

## VII Programa-quadro para a Investigação

**Duarte Freitas** garante criação de área específica para Pescas e Oceanos

[desenvolvimento na pág. 4](#)

## Espaço Penal Europeu ?

**Assunção Esteves** propõe um Espaço Penal Europeu e pede também a criação de estatuto jurídico para suspeitos de terrorismo

[desenvolvimento na pág. 5](#)



Carta da Europa

Director: Carlos Miguel Coelho - Rue Wiertz-ASP8E150 Bruxelles - Maio/Junho/Julho 2006



Carlos Coelho sobre a Investigação às alegadas acções da CIA na Europa

## “A prioridade será apurar o real grau de envolvimentos dos Estados-Membros da UE nas acções da CIA”

A propósito da aprovação do Relatório preliminar da Comissão que está a investigar as alegadas acções ilegais da CIA em solo europeu, presidida pelo Deputado Carlos Coelho, teve lugar um conferência de imprensa em que o Deputado português fez o balanço das investigações.

Sendo este um Relatório preliminar (situação inédita no Parlamento Europeu), Carlos Coelho afirmou que o objectivo era fazer “**um primeiro balanço das investigações desta Comissão**” lembrando que “*ainda temos mais seis meses de trabalho pela frente.*”

Até ao momento foram ouvidas na Comissão 30 pessoas num total de mais de 50 horas de depoimentos. Realizaram-se ainda 2 missões, uma à Macedónia em que foram ouvidas 13 pessoas e

outra aos Estados Unidos da América onde foram ouvidas 27. No total a Comissão já ouviu 70 pessoas.

### “houve de facto acções da CIA na Europa...”

Na sua declaração Carlos Coelho sublinhou 7 principais conclusões:

“1. *A obrigação dos Estados-Membros verificarem e assegurarem o respeito pelos Direitos Humanos;*

2. *Houve de facto acções da CIA na Europa;*

3. *Os Estados-Membros têm de controlar melhor o espaço aéreo europeu e as infra-estruturas aeroportuárias;*

4. *Condenar as Rendições Extraordinárias, pois os detidos devem ser presentes*

*à Justiça e ter direito a um julgamento justo;*

5. *Condenar a tortura que até por vezes leva a obter informações inválidas;*

6. *Necessidade de haver maior controlo democrático dos serviços secretos;*

7. *Improvável o total desconhecimento destas acções pelos Estados-Membros;*”

Carlos Coelho anunciou ainda que a “**prioridade**

**da investigação será apurar o real grau de envolvimentos dos Estados-Membros da UE nas acções da CIA.**”

A terminar Carlos Coelho apelou a uma “**maior colaboração das autoridades dos Estados-Membros para com a Comissão**” dando o exemplo do caso espanhol em que o chefe dos serviços secretos “*nem sequer respondeu ao convite que lhe dirigi para ser ouvido pela Comissão.*”



Carlos Coelho e o Relator Claudio Fava

Comissão CIA ouve responsáveis americanos

## Carlos Coelho chefia delegação do Parlamento Europeu a Washington

O Deputado **Carlos Coelho** **chefiou a Delegação** do Parlamento Europeu que se deslocou aos EUA no âmbito da investigação aos voos da CIA na Europa.

Em **Washington**, Carlos Coelho manteve contactos com os partidos no Congresso (Republicanos e Democratas), advogados, jornalistas e dirigentes de Organizações Não Governamentais, ex-agentes da

CIA, em geral, “**todos os que eram importantes para o nosso trabalho disseram ‘presente’.**”

*Ao contrário do que sucedeu há 5 anos, a propósito do Relatório Echelon verifico muitas iniciativas de diversas instituições e pessoas para nos fornecer elementos e documentos.”*

Alguns de natureza pública outros de carácter mais reservado, uns admitindo (ou até pedindo) que se

diga qual a proveniência dos documentos, outros com muitos cuidados e reservas próprias de agentes secretos na clandestinidade.

“E alguns inverteram os papéis. *Em vez de nos ajudarem querem o nosso auxílio para valorizar o trabalho que têm feito nos USA.*”

Carlos Coelho tinha solicitado um encontro com a Secretária de Estado americana, Condoleezza Rice,



que enviou o Secretário de Estado americano para os Assuntos Europeus, Daniel Fried, e o seu conselheiro para os assuntos jurídicos, John Bellinger. O ex-Secretário de Estado, Colin Powell, também se escusou a receber a missão de 13 elementos chefiada pelo Deputado português.

Conselho aprova Fundo Social Europeu 2007-2013

## Relatório Peneda aceite na íntegra pelo Conselho Europeu e já aprovado pelo PE

No passado dia 12 de Junho de 2006, o **Conselho** da União Europeia **adoptou** a sua Posição Comum relativa ao regulamento sobre o Fundo Social Europeu (FSE), um dos quadros normativos comunitários para a política de coesão (2007-2013).

Numa nota explicativa o Conselho afirma que “*incorporou na sua posição comum um número significativo de alterações do PE*” sendo que aquando da sua primeira leitura, o Deputado **Silva Peneda** apresentou **84 emendas à proposta inicial na qualidade de Relator do PE para o FSE.**

Segundo Silva Peneda “*estas melhorias, consistiram essencialmente no reforço da luta contra a exclusão social, a integração das pessoas inactivas, dos deficientes e das minorias nos mercados de trabalho, a introdução de incentivos à igualdade de género e à não-discriminação, a promoção da aprendizagem ao longo da vida, a inclusão dos desempregados jovens e de*

*longa duração, a visibilidade do papel desempenhado pelos parceiros sociais e o reforço do diálogo social, o apoio às zonas particularmente prejudicadas pela deslocalização de empresas, a articulação do FSE com os objectivos da Estratégia de Lisboa.*”

**“...se fosse aplicada, esta diferenciação traduzir-se-ia na criação de um FSE a duas velocidades...”**

**Criticando a diferenciação regional**, o Deputado Silva Peneda argumentou que “*ao ser aplicada, esta traduz-se na criação de um FSE a duas velocidades.*”

Exemplificando esta distinção injustificada, declarou que “*ao ser aplicada como a Comissão Europeia pretendia, Lisboa que é uma região de Competitividade Regional e Emprego poderia usar estes*

*recursos financeiros para a reforma da administração pública. No entanto, tal reforma seria exclusivamente feita na capital já que este tipo de acção era vedada às outras regiões portuguesas que são da Competitividade Regional e Emprego.*”

Na sua posição, o Conselho aceitou a argumentação e introduziu alguns novos domínios de intervenção, incluindo grande parte dos que foram propostos pelo Parlamento Europeu no Relatório Silva Peneda.

A segunda alteração significativa diz respeito ao **uso das verbas do FSE para o financiamento dos parceiros sociais**. No seu Relatório, Silva Peneda manifestou-se “*contra a proposta inicial da Comissão e defendeu antes uma solução mais flexível*”, preferindo “*um montante adequado dos recursos do FSE afectado a medidas de reforço das capacidades dos parceiros sociais*” especificando que tais actividades deverão relacionar-se com “*a formação, medidas de integração em rede e*

*reforço do diálogo social*”.

Silva Peneda considera que este novo FSE “*proporciona os meios financeiros para dar uma resposta cabal aos principais desafios que assolam os mercados de trabalho, tais como a necessidade premente de mais formação profissional investindo nas qualificações dos trabalhadores, a escassez e o envelhecimento da mão-de-obra e as consequências das reestruturações industriais devidas aos efeitos da globalização*”.



Seminário do *Workers Group* do PPE sob o tema:

### “O envelhecimento demográfico e o mercado de trabalho”

Teve lugar no Porto, de 22 a 26 de Junho um Seminário sobre “**O aumento da população idosa e o mercado de trabalho**” organizado pelo Partido Popular Europeu por iniciativa do Deputado Silva Peneda.

O Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes presidiu à abertura dos trabalhos onde apresentou a sua visão sobre o futuro da Europa e as prioridades do PSD para a aplicação do

novo Quadro Comunitário de Apoio em Portugal, vincando a sua “**discordância pela aplicação destes fundos na construção do aeroporto da OTA.**”

Na sequência das alterações demográficas a que a Europa assiste, os participantes, actuais e antigos eurodeputados, especialistas e investigadores, tiveram como objectivo analisar as possíveis soluções para uma mais adequada organização

dos locais de trabalho, bem como o assumir novo tipo de funções adequadas ao aumento de idade.

Na opinião de Silva Peneda “*as políticas da segurança social são competência de cada Estado-Membro, havendo financiamentos diferenciados. Inevitavelmente, a segurança social vai ter que ser uma competência comunitária.*”

*Estima-se que em 2030, haverá menos 18 milhões*



*de jovens do que hoje e que, em 2050, haverá menos 90 milhões de habitantes.*

No VII Programa-Quadro para a Investigação

## Duarte Freitas consegue aprovar capítulo próprio para as Pescas e Oceanos

O Plenário do Parlamento Europeu aprovou o **VII Programa Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico** para o período de 2007-2013 onde ficaram incluídas as emendas propostas pelo Deputado Duarte Freitas que prevêem a inclusão de **“um objectivo que aborde directamente a temática das Pescas e dos Oceanos e não figure apenas uma abordagem transversal num tema demasiado abrangente como a Alimentação, Agricultura e Biotecnologias.”**

Para Duarte Freitas **“este documento é um dos mais importantes desta legislatura neste campo uma vez que garante financiamento para projectos de investigação no âmbito do**

*desenvolvimento tecnológico associado a diferentes domínios de intervenção.”*

As propostas introduzidas por Duarte Freitas, pretendem **“garantir para as Pescas e para a exploração sustentada dos Oceanos uma abordagem autonomizada, na linha do que havia sido já considerado aquando da definição dos objectivos estratégicos da Comissão Europeia.”**

**“... Portugal, País com a maior zona económica exclusiva da União...”**

Para Duarte Freitas **“temos de assumir o capítulo da investigação associado às pescas como uma necessidade incontornável**

*para a viabilidade e competitividade do sector” e considera que “este constitui um importante passo na persecução de um objectivo fundamental para a UE: o desenvolvimento sustentado da exploração haliéutica em sintonia com a preservação ambiental e ecológica dos Oceanos e poderá servir de estímulo à Comissão e ao Conselho, no sentido de colocarem em prática o discurso que vem sendo adoptado e que para já apenas se circunscreve a um conjunto de boas intenções”.*

**“Para Portugal, País com a maior zona económica exclusiva da União e com centros de investigação marinha de ponta, nomeadamente no Algarve e Açores, a criação de um capítulo próprio para as Pescas**



*e Exploração sustentada dos Oceanos poderá dar uma nota política consentânea com os desígnios nacionais, indo ainda ao encontro dos avanços impulsionados pela Comissão Europeia através da Estratégia para o Meio Marinho e do Livro verde para a Política Marítima, recentemente divulgado e agora em discussão pública”, concluiu Duarte Freitas.*

Duarte Freitas sobre Jaime Silva, Ministro da Agricultura e Pescas

## “É o coveiro do sector das Pescas”



**pescadores portugueses por via do aumento contínuo dos combustíveis.**

Segundo Duarte Freitas **“O sector das pescas em Portugal há muito que se encontra fragilizado e a necessidade de ajuda, estando a sua sustentabilidade fortemente ameaçada pela passividade e inoperância do Ministro Jaime Silva.”**

O Deputado Duarte Freitas, no seguimento de outras iniciativas no mesmo âmbito, **colocou uma pergunta prioritária à Comissão Europeia acerca da situação dramática em que vivem os**

**“Ao invés de delinear estratégias e apresentar soluções para os problemas que de facto afectam os nossos pescadores e armadores, o nosso Ministro prefere refugiar-se num discurso enganador. Ele é claramente o coveiro do sector das Pescas no nosso país”.**

**“É necessário garantir a viabilidade do sector nacional no imediato que se encontra altamente condicionada pelo aumento dos combustíveis e pela desigualdade competitiva relativamente a outras frotas comunitárias que têm recebido apoios dos seus governos.”**

Na Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, intitulada **“Melhoria da Situação Económica no Sector das Pescas”** de 9 de Março deste ano pode ler-se que os auxílios de emergência **“deverão ser considerados auxílios a curto prazo destinados a manter as empresas financeiramente**

*operacionais durante o tempo necessário para aplicar um plano de reestruturação ou liquidação.”*

Aproveitando esta abertura da CE, **governos de alguns Estados-Membros**, nomeadamente de Espanha, França e Itália **colocaram em prática medidas de emergência** destinadas a ajudar pescadores e armadores.

Mesmo em Portugal, os governos regionais da Madeira e Açores encontraram formas de compensação para os aumentos de combustíveis que afectam as frotas de pesca daquelas regiões.

Alteração às Convenções de Genebra

# Assunção Esteves propõe criação de estatuto jurídico para suspeitos de terrorismo

Guantanamo voltou ao debate no Parlamento Europeu. Na presença da Comissão e do Conselho, os deputados do Parlamento Europeu confrontaram a Presidência austríaca com a questão das garantias elementares dos **direitos humanos** suscitada por **Guantanamo**.

**A Deputada e Vice-Presidente do PSD Assunção Esteves**, que no Parlamento Europeu tem insistido na defesa dos Direitos Humanos, disse na sua intervenção que **“o maior desígnio da Europa é cumprir e defender o Direito Internacional e o princípio humanitário que lhe está na base. Também por esta razão é essencial o êxito do projecto europeu.”**

**“A luta contra o terrorismo não pode enfraquecer o sistema de garantias individuais que é exigido pela base moral da Democracia e do Estado de Direito. Aliás, o maior perigo para a Democracia é a perda da sua**

**superioridade moral e é essa também a mais grave das cedências ao terrorismo.”**

**“É por isso que as garantias de segurança não podem estar em contradição com os valores fundamentais dos direitos humanos e devem ser enquadradas no discurso desses valores. Um discurso securitário destrói passo a passo a arquitectura iluminista das democracias políticas e o seu potencial de realização da dignidade humana.”**

**“A luta contra o terrorismo não pode enfraquecer o sistema de garantias individuais...”**

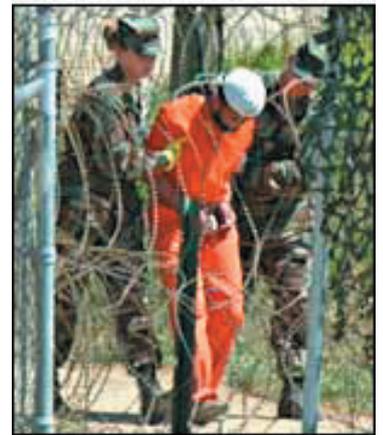
**“E depois, a luta contra o terrorismo não está só nos mecanismos do direito criminal. Ela está a montante, na**

**formação de uma ordem mundial mais equilibrada e no programa ambicioso de uma justiça global.”**

A Deputada considerou que **“a Europa é o melhor interlocutor dos Estados Unidos para o conseguimento de uma ordem que torne efectivos os princípios do direito internacional e o sentido essencial da civilização. E aqui impõe-se um diálogo implacável.”**

Depois, foi ainda mais longe: **“impõe-se também que os Estados-Membros da União Europeia se juntem à reflexão do Conselho da Europa para alterar as Convenções de Genebra: os suspeitos de terrorismo não têm, mas devem ter, um estatuto jurídico naquelas Convenções.”**

E concluiu: **“Guantanamo não define os limites do direito e da política. Mas definir os limites do direito e da política é uma exigência**



**“...não podemos deixar que os nossos carrascos nos criem maus costumes”**

**básica dos princípios da justiça. Esta, a maior vitória da Democracia sobre o terrorismo. “**

**“Usando as palavras de Simone de Beauvoir, não podemos deixar que os nossos carrascos nos criem maus costumes.”**

Assunção Esteves sobre a competência penal da UE

## “É preciso vontade política para criar um Espaço Penal Europeu”

Na sequência da polémica decisão do Tribunal de Justiça que conferiu à Comunidade poderes para sancionar criminalmente infracções graves ao direito do ambiente - retirando assim aos Estados membros o seu poder de veto em matéria penal - o PE discutiu e votou um relatório que analisa as consequências desse acórdão.

A competência penal da UE circunscreve-se, com efeito, ao chamado **“terceiro pilar”**, um domínio no qual os

governos reunidos em Conselho de ministros decidem acções comuns no campo da **criminalidade organizada, da luta contra o terrorismo e da cooperação policial.**

**Assunção Esteves** afirmou que **“esta Europa cheia de ambições está ainda na pré-história do seu direito penal.”**

**“Consensos vagos e avanços tímidos mostram como os Estados resistem ao futuro. Mostram a insuportável contradição de uma**

**comunidade política que se afirma sobre valores fundamentais comuns, mas que deixa ao gosto de cada Estado precisamente o direito que garante esses valores.”**

**“Enquanto as instituições europeias disserem que o direito penal europeu assenta no simples princípio do reconhecimento mútuo, a Europa não conhecerá um projecto penal. O que a Europa mostra é a ausência de um espaço comum com um projecto comum no domínio penal, um mosaico retalhado de fronteiras.”**



**“Um direito penal que se afirma quase só securitário, nas paredes do Conselho, sem uma partilha efectiva democrática dos Parla-mentos. O que mostra é o reconhecimento mútuo de sistemas penais particulares sem uma base essencial de harmonização.”**

Deputados do PSD “aprovam” Livro Verde para a Eficiência Energética

## Eficiência energética: AGORA !

Na última Quarta-Feira, 31 de Maio, foi aprovado pelo Parlamento Europeu o relatório sobre o **Livro Verde para a Eficiência Energética**.

Numa época em que as questões energéticas assumem uma importância fundamental, a **eficiência, um dos temas principais da Política Energética da União Europeia**, é vista como um caminho para combater as Alterações Climáticas, a poluição do meio ambiente, a utilização abusiva de recursos naturais e para assegurar o aprovisionamento energético.

O referido Livro Verde faz um ponto da situação actual, identifica os obstáculos a uma utilização eficiente de energia na Europa e aponta um conjunto de iniciativas a nível europeu que permitirão atingir a eficiência energética pretendida, uma redução de 20% no consumo actual até 2020, **“que equivale a 60 mil milhões de euros por ano ou ao actual consumo de energia combinado da Alemanha e Finlândia”**.

De entre as várias medidas propostas e obstáculos identificados são de destacar algumas áreas específicas.

Ao nível da legislação europeia é referida a fraca implementação nos diferentes Estados-Membros das disposições actualmente existentes, nomeadamente

**“Objectivo: atingir a eficiência energética pretendida, uma redução de 20% no consumo actual até 2020”**

da directiva para os **Edifícios Eficientes** apenas transposta em 5 dos 25 Estados (sendo Portugal um dos 5).

**Nos transportes** são sugeridas melhorias desde a produção do combustível, ao fabrico de veículos e aos hábitos de condução. É também questionada a dificuldade de implementação na UE de tecnologias mais limpas e eficientes com sucesso noutros países, como são os casos dos automóveis híbridos no Japão ou movidos a Etanol no Brasil.

Do sector público diz-se que deve **“ter um papel exemplar”** ao usar contratos de poupança energética (empresas pagas através das poupanças que garantem na conta da electricidade de edifícios ou serviços), renovar as suas frotas



com veículos mais **“limpos”** e eficientes e desenvolver esforços para a aplicação de lâmpadas mais eficientes na iluminação pública.

É dado ainda uma grande **ênfase à responsabilidade dos cidadãos** no sentido de investirem nos equipamentos mais eficientes e de adaptarem os seus hábitos comportamentais à conjuntura actual.

É também sugerido o lançamento de **campanhas de sensibilização e educação pública**, tal como a que foi recentemente apresentada por Durão Barroso, intitulada **“É você que controla a mudança do Clima”** que desafia cada um a inserir pequenas alterações na sua rotina diária com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa.

### Breves

#### PSD apoia

#### Criação de medicamentos para uso pediátrico

O PE aprovou uma proposta da Comissão sobre os **“Medicamentos pediátricos”** que vem colmatar uma carência antiga na UE, cujas consequências práticas se acabavam por traduzir, em certos casos, numa dependência face à indústria farmacêutica americana ou asiática.

Os medicamentos para crianças, em lugar da habitual redução da dose, proporciona uma melhor adequação ao seu metabolismo e maior rapidez e eficácia no tratamento.

O PSD apoiou **“uma medida extremamente importante que deverá permitir evitar/minimizar riscos e assegurar a eficácia de tratamentos num grupo tão vulnerável como a população pediátrica.”** disse **Carlos Coelho**

Em causa o não pagamento das ajudas Agro-ambientais

## Duarte Freitas recebido pela Comissária da Agricultura

Duarte Freitas, Membro da Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural reuniu-se com a Comissária Europeia para a Agricultura, Mariann Fischer Boel, para discutir a situação decorrente do Governo português ter recusado cumprir o Programa de Desenvolvimento Rural, apresentado em Bruxelas em 1999, no que concerne

às medidas Agro-Ambientais para 2005-2006.

Sendo que Bruxelas contribui com 85 % das verbas das medidas agro-ambientais e que Portugal é o Estado-Membro com a menor taxa de utilização em 2005, e tendo o governo português aprovado já dois Orçamentos de Estado desde a sua entrada em funções, **“é lamentável que não tenham desde logo**

**sido previstas as verbas necessárias, e que apenas no início deste ano (após dois actos eleitorais, Autárquicas e Presidenciais) os agricultores portugueses disso tenham tido conhecimento, através do indeferimento das suas candidaturas”**.

Com esta teimosia e falta de sentido de Estado do Ministro Jaime Silva

estão a ser prejudicados dezenas de milhares de agricultores portugueses que acreditaram de boa fé nos incentivos anunciados pelo governo português e pela própria Comissão.

**“As medidas agro-ambientais não são um apoio ao rendimento, mas sim um incentivo e uma compensação pelas boas práticas ambientais, geradoras de mais custos”** concluiu Duarte Freitas.

Eleições Presidenciais na Colômbia

## Deputado Sérgio Marques em Missão de observação eleitoral do PPE

O Deputado Sérgio Marques, integrou a Missão Oficial de Observação Eleitoral do Grupo do Partido Popular Europeu às **eleições Presidenciais colombianas** que tiveram lugar a 28 de Maio último, em que o **Presidente Álvaro Uribe** foi reeleito com 62 % dos votos.

Além do Deputado português esta delegação foi ainda composta pelos Deputados Charles Tannock e Nirj Deva do Reino Unido; Carlos Iturgaiz Angulo de Espanha; e Filip Kaczmarek da Polónia.

A Missão de Observação em concreto decorreu de 23 a 29 de Maio e teve como principal objectivo **“verificar os procedimentos e condições pré e pós**

**eleitorais.”**

A preceder o acto eleitoral, Sérgio Marques e os outros deputados europeus tiveram várias reuniões de trabalho nomeadamente com o Presidente Álvaro Uribe Vélez e a Ministra para as Relações Externas Carolina Barco, com o Vice-Presidente Francisco “Pacho” Santos Calderón, assim como com o Alto Comissário para a Paz Dr. Luís Carlos Restrepo, com representantes dos partidos políticos concorrentes às eleições e membros das autoridades locais.

A Delegação do Partido Popular Europeu teve ainda um encontro com o Embaixador-Delegado da Comissão Europeia em Bogotá, o Sr. Adrianus Koetsenruijter e



Delegação do PPE com o Vice-Presidente da Colômbia

com a sua conselheira para os assuntos políticos a Sra. Diana Samper.

A Missão de Observação pode constatar **in loco os inquestionáveis avanços registados com a gestão do Presidente Álvaro Uribe**, sobretudo ao

**nível da estabilidade e segurança democrática, a redução dos sequestros e assassinatos, da delinquência em geral, ao nível dos deslocados, da melhoria da situação económica e sobretudo no combate à guerrilha e aos grupos paramilitares.”**

[www.sergiomarques.org](http://www.sergiomarques.org)

A propósito do encontro entre o PE e o Parlamento Sul Africano

## Sérgio Marques exige mais segurança na África do Sul

Decorreu em Estrasburgo o 8º Encontro interparlamentar entre o Parlamento Europeu (PE) e o Parlamento Sul-Africano.

**Sérgio Marques, enquanto Vice-Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a África do Sul**, encontrou-se com a Delegação sul-africana chefiada pelo Sr O. K. BAPELA, Presidente da Assembleia parlamentar sul-africana e composta por 8 deputados, 5 pertencentes ao Congresso Nacional Africano (ANC), e 3 representando os partidos da oposição a Aliança Democrática e o Inkatha.

Acompanhava a Delegação Sul-Africana o novo

Embaixador da Missão Sul-Africana junto da UE, o Sr. Anil SOOKLAL.

Discutiram-se temas de grande relevância para as relações entre a UE e a África do Sul, designadamente, a situação política e social neste país, a evolução económica, segurança interna, saúde pública, educação, emprego, alojamento, direitos das mulheres, ambiente, investigação e energia.

**Sérgio Marques**, tendo insistido na **“temática dos elevados níveis de criminalidade”** sensibilizou os parlamentares sul-africanos para **“a necessidade de uma acção mais empenhada e firme por parte do Governo sul-africano no**

**combate a este flagelo, que em primeira linha afecta a população sul-africana, mas também numa forma muito intensa as Comunidades de Emigrantes europeus radicados no País.”**

Este pedido foi correspondido com a **“clara vontade política e meios acrescidos para combater a elevada criminalidade, que evidencia sinais de algum recuo no passado recente”** por parte dos responsáveis sul-africanos.

Sérgio Marques focou também **“a necessidade de os significativos recursos financeiros transferidos pela UE para a República Sul-africana, no quadro da cooperação europeia para**



**o desenvolvimento, serem direccionados, não só para projectos destinados a incentivar o desenvolvimento económico e a redução da pobreza, mas também para projectos que possam ter um impacto directo na melhoria das condições de segurança.**

## João de Deus Pinheiro e o Futuro da Europa

**“Qualquer empresa que seguisse por este caminho já teria aberto falência....”**



Na sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu em Bruxelas a 31 de Junho, João de Deus Pinheiro, Vice-Presidente do Grupo PPE, interveio no debate sobre “o Futuro da Europa” que contou com a presença do Primeiro-Ministro belga e membro do Conselho Europeu, Guy Verhofstadt.

João de Deus Pinheiro manifestou o seu forte apoio à intervenção e à tónica do discurso do Primeiro-Ministro belga e à sua visão europeia, discurso este que foi  **muito crítico quanto ao status quo vigente e sobretudo quanto à Estratégia de Lisboa.**

O Vice-Presidente do PPE revelou a sua preocupação para com a governação da Europa no que diz respeito à parte institucional, à eficácia das instituições, à diminuição da burocracia, e ao aumento da subsidiariedade.

João de Deus Pinheiro **exigiu mais e melhor Europa no domínio externo, sobretudo no combate ao terrorismo, no aumento da segurança e da eficiência energética e na procura da Paz e estabilidade para o Médio Oriente.**

Quanto à Estratégia de Lisboa afirmou que se revê claramente no excelente discurso do Primeiro-Ministro belga, pois na sequência do que já reiteradamente tem afirmado, **a Estratégia de Lisboa sofre de dois pecados:**

- **um pecado original pelo facto de não se ter atribuído à Comissão o papel de pivot principal desta estratégia (ao contrário do Mercado Interno e da Moeda Única que são reconhecidos casos de sucesso ao nível do processo comunitário); e**

- **um pecado mortal por continuarem a não ser equacionadas medidas claras e concretas para a sua real implementação;**

Segundo João de Deus Pinheiro “ **infelizmente continuam a confundir-se “intenções” com “objectivos concretos e quantificáveis”, e mesmo quando estes existem - o que é raro - faltam identificar e operacionalizar os programas ou actividades necessárias para atingir esses objectivos. Qualquer empresa que seguisse por este caminho já teria aberto falência....”**

A terminar, o Deputado português disse ainda que “**é determinante dar à Comissão mais poderes e também mais responsabilidades, para assim responder à ansiedade generalizada quanto ao crescimento e ao emprego. Eis a prioridade das prioridades no tempo que passa.”**

Visite

[www.psdeuropa.org](http://www.psdeuropa.org)

## Os Nossos Deputados

### João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail: JPinheiro@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraca@europarl.eu.int

### Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: AEsteves@europarl.eu.int

### José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

JSilvaPeneda@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: DFreitas@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: Duarte Marques

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa